

--- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM,  
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL  
E TRÊS.**-----  
-----

--- Aos vinte e nove dias mês de Dezembro do ano de dois mil e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: ---

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–PROJECTO DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E REGULAMENTO DO CARGO DE PROVEDOR MUNICIPAL. -----

--- **Três**–GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E QUATRO.-----

--- **Quatro**–GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E QUATRO.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Luís Alberto Ferreira Leitão, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Lídia Moreira Machado Santos Virtudes, António Maurício Morgado D' Avó, Carla Andreia Costa dos Santos, Carlos Manuel Luís Catalão, Cláudio José Viveiros Sarmiento da Silva, Eurico Mateus Guerra Saramago, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Hélder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, Jorge Manuel Assunção Ferreira da Costa Rosa, José António Rajani de Oliveira Dias, José António Pisco Borrego, José Luís Marques Cabrita, José Manuel Gaspar, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Manuel Albino da Conceição Rosa,

Pedro Nuno Pimenta Braz, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, Vasco Navarro da Graça Moura, Vicente Carlos Flor Batalha, Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves e Vítor Manuel de Sousa Varajão. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Vieira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Eva Sofia Ferreira Quaresma Costa, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Francisco José Viegas Santos, Joaquim Manuel Barreiros Mateiro, José António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Ricardo Luís da Costa, Luís Maria Severino Arrais, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha e Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira.-----

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----

--- António Xavier Martins Rocha Pinto, Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Sebastião Morgado Ribeiro e Joaquim António Salgado Canha.-----

--- Solicitaram a sua substituição nos termos da Lei e do Regimento os seguintes membros da Assembleia:-----

--- João Luís Madeira Lopes, Leonel de Matos Martinho do Rosário e Mónica Isabel Duarte Mendonça.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, propondo, por sugestão da Câmara, que o Ponto Três da Ordem de Trabalhos seja retirado, tendo havido concordância do plenário.-----

--- Seguidamente, deu início ao **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que manifestou a sua preocupação

relativamente ao encerramento de mil e duzentos Postos de Correio e de quinhentas Estações, por parte dos CTT, colocando centenas de trabalhadores no desemprego, considerando que a Câmara Municipal de Santarém não pode ficar alheia a esta situação.

--- Referiu que o serviço prestado pela EDP se tem vindo a degradar ao longo dos últimos anos, recomendando à Câmara que, na defesa dos interesses pela qualidade de vida das populações do município, intervenha no sentido de por cobro às situações anómalas que se registam e repor a qualidade do serviço público.-----

--- Depois, interveio o senhor **Vicente Batalha** dando conta da visita ao Alviela do senhor Secretário de Estado do Ambiente e de uma Técnica do Instituto Nacional da Água (INAG), realizada no passado dia onze de Novembro de dois mil e três.-----

--- Seguidamente, usou da palavra o senhor **Vasco Graça Moura** que criticou a Câmara pela posição tomada em relação aos cartões de boas festas enviados aos munícipes do concelho, excluindo os vereadores da oposição, considerando que o senhor Presidente da Câmara deveria pagar, do seu próprio bolso, os custos inerentes à impressão e expedição dos mesmos. -----

--- Usou da palavra, depois, a senhora **Rosalina Melro** esperando que a cena ocorrida com os cartões de boas festas não se volte a repetir. -----

--- Solicitou esclarecimentos em relação às intervenções previstas para as barreiras de Santarém, na sequência da reunião havida com o senhor Ministro das Obras Públicas, dado ter sido afirmado pelo senhor Presidente da Câmara que os objectivos foram atingidos. -----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor **António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, lamentando a ausência de elementos, por parte da Câmara, de modo a permitir que a Comissão de Acompanhamento do PPI pudesse executar o seu trabalho. Neste sentido, apresentou a demissão dos membros da CDU, na referida Comissão. -----

--- Interveio, seguidamente, **Vítor Varajão** criticou também a atitude da Câmara

relativamente aos cartões de boas festas, situação que nunca ocorreu, nem quando o Partido Socialista tinha uma larga maioria absoluta na Câmara Municipal. -----

--- Teceu algumas considerações em relação às “praxes” praticadas em Santarém, querendo saber se os senhores Presidente e o Vereador da Educação da Câmara Municipal se inteiraram da situação ocorrida.-----

--- Solicitou esclarecimentos no tocante aos patrocínios entregues pelo senhor Presidente da Câmara ao Clube Desportivo Amiense. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Vaqueiros, dando conta do teor de uma “carta aberta” dirigida ao Director do Centro de Saúde de Santarém, sobre o encerramento da Extensão de Saúde de Vaqueiros. -----

--- Foi dada a palavra, de seguida, **Ricardo Ribeiro Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azóia de Baixo, lamentando que não tenham sido dadas condições para que a Comissão de Acompanhamento do PPI pudesse funcionar, apresentando a demissão dos elementos do PSD na respectiva Comissão. -----

--- Lamentou, ainda, a ausência de resposta, por parte da Câmara, aos ofícios remetidos pela Junta de Freguesia de Azóia de Baixo. -----

--- Chamou a atenção, novamente, para o problema de uma casa que está em ruína em Azóia de Baixo, esperando que esta situação não venha a causar vítimas.-----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Mário Rodrigues Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, alertando para uma situação ocorrida que se prende com o recebimento de determinado tipo de lixo pelo ecoponto. -----

--- Perguntou, em relação às barreiras de Santarém, se existe um plano de emergência recente para Alfange. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Luís Arrais**, Presidente de Freguesia de S. Nicolau, que manifestou a sua satisfação pela colocação da primeira pedra da Escola Básica do Primeiro Ciclo de S. Domingos.-----

--- Chamou a atenção para os diversos problemas na freguesia de S. Nicolau, referindo a

falta de respeito da Companhia que anda a montar o gás na zona de S. Domingos. -----  
--- Solicitou esclarecimentos, quer em relação a uma Recomendação, aprovada por maioria nesta Assembleia, com vista a inverter o sentido do trânsito na Rua Duarte Pacheco Pereira, quer em relação à colocação de uma placa toponímica na Praceta do “Rapa o Tacho”.-----  
--- Quis saber do paradeiro das balizas que desapareceram do polidesportivo de São Domingos há cerca de um ano.-----  
--- Seguidamente, o senhor **Cláudio Sarmento** interveio solicitando esclarecimentos relativamente às caves do bairro social de Vale de Estacas, dado ter conhecimento de existirem contactos entre a Câmara Municipal de Santarém e a respectiva Comissão de Moradores.-----  
--- No uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** referiu comungar das preocupações no tocante aos CTT e à EDP, referindo já ter efectuado algumas “demarches” sobre estas matérias.-----  
--- Esclareceu, em relação aos cartões de boas festas, ter havido um lapso na impressão dos referidos postais, salientando ter ele próprio assumido a responsabilidade de enviar os referidos cartões de boas festas apenas com a assinatura dos vereadores do PS. -----  
--- No tocante às barreiras, referiu que o assunto foi abordado numa reunião com o senhor Ministro e a senhora Secretária de Estado das Obras Públicas na qual, ele próprio, assumiu a total disponibilidade para coordenar as intervenções a realizar nas barreiras e muralhas de Santarém desde que sejam fornecidos ao Município de Santarém os meios técnicos e financeiros para que essa coordenação se pudesse efectivar. Daí resultou uma proposta de protocolo que ficou de ser elaborada pela senhora Secretária de Estado no sentido de ser apreciada pela Câmara Municipal de Santarém.-----  
--- Adiantou terem sido abordados outros assuntos, nomeadamente a ligação entre Santarém e Alcanede, a variante à Portela das Padeiras e a questão do TGV.-----  
--- Relativamente à Comissão de Acompanhamento do PPI, lamentou a posição tomada

pelos elementos do PSD e da CDU na referida Comissão, salientando não ter havido qualquer tentativa a impedir o funcionamento da mesma.-----

--- Quanto à Extensão de Saúde de Vaqueiros, disse partilhar das preocupações do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, lamentando a degradação dos serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde. Salientou que o concelho de Santarém tem sido objecto de discriminação ao nível dos espaços físicos onde funcionam os Centros de Saúde, apesar da disponibilização de terrenos, por parte da Autarquia, para a construção de novos espaços condignos. -----

--- Considerou que as Juntas de Freguesia de Marvila e de Santa Iria da Ribeira de Santarém são parte indispensável na questão da segurança nas Barreiras do Planalto.-----

--- Esclareceu que as questões de toponímia serão resolvidas a seu tempo. -----

--- No que concerne aos equipamentos desportivos, explicou que se prendem com regras de segurança que têm de ser cumpridas. -----

--- Informou, em relação às Caves do Bairro Social de Vale de Estacas, ter havido uma reunião com os representantes dos moradores para decidir sobre os procedimentos a adoptar de modo a satisfazer os anseios das pessoas que ali habitam. -----

--- Interveio novamente o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, lamentando que passados três anos não tenha sido colocada uma única placa toponímica na sua freguesia.-----

--- Depois usaram da palavra os senhores **Vítor Varajão** e **Ricardo Ribeiro Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azóia de Baixo, tecendo algumas considerações em relação às suas anteriores intervenções.-----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Vasco Graça Moura** concluindo que para o senhor Presidente da Câmara um cartão assinado pelos elementos do PS que compõem a Câmara Municipal deve ser uma despesa à custa do erário municipal. Considerou ser, em sua opinião, um uso indevido dos recursos municipais e ainda mais pelo facto do referido cartão ser distribuído em mão nos locais públicos. -----

--- Por último, tomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** repudiando as explicações dadas pelo senhor Presidente da Câmara relativamente à questão dos cartões de boas festas. -----

--- Pelo senhor **Pedro Pimenta Braz** foi apresentada a seguinte Recomendação: -----

--- **“Candidatura do Ribatejo à designação de Região Europeia do Ano”**. -----

--- Considerando a necessidade de reforçar as identidades regionais que possibilitem uma integração europeia equilibrada coesa e solidária.-----

--- Considerando a crescente competição no espaço europeu, que as novas adesões à União Europeia naturalmente incrementam. -----

--- Considerando a necessidade de melhorar o conhecimento e o reconhecimento das actividades das Regiões Europeias e que construção e manutenção da paz no velho continente só pode ser alcançado e sedimentado com o aumento do conhecimento mútuo entre os seus povos.-----

--- Considerando que para tal é importante dar a conhecer entidades regionais díspares e que as mesma devem ser projectadas em todas as suas vertentes – social, cultural, económica e turística.-----

--- Considerando que o Ribatejo e os Ribatejanos possuem características que merecem especial atenção, as quais devem ser valorizadas e desenvolvidas. -----

--- Considerando ainda que a preservação da identidade cultural do Ribatejo só pode ser alcançada através de uma postura de inovação permanente e de abertura cultural pró-activa.-----

--- Vem a Assembleia Municipal de Santarém, nos termos das disposições legais e regimentais aplicáveis, aprovar a seguinte recomendação dirigida à Câmara Municipal de Santarém:-----

--- Que a Câmara Municipal de Santarém desenvolva todos os esforços, junto das duas associações de municípios / comunidades urbanas e dos respectivos municípios que as integram, no sentido de ser exequível a apresentação conjunta de uma candidatura do

Ribatejo à designação de “Região Europeia do Ano”. -----

--- O senhor **Pedro Pimenta Braz** interveio fazendo a apresentação da Recomendação em apreço. -----

--- Depois, tomou a palavra o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, congratulando-se com a apresentação desta Recomendação, sugerindo que seja preparada uma boa candidatura para esta iniciativa. -----

--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **José Luís Cabrita** concordando com a presente iniciativa, recomendando à Câmara que na implementação desta candidatura coloque mais empenho do que aquela que foi colocada na organização do Congresso do Ribatejo.

--- De seguida, interveio o senhor **Hélder Pombo** manifestando a sua concordância relativamente a esta Recomendação, sugerindo à Câmara que apresente uma candidatura coerente. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a **Recomendação** acima transcrita, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Pelo senhor **Vicente Batalha** foi apresentada a seguinte **Recomendação**: -----

--- “Passa no próximo dia de dez de Janeiro de dois mil e quatro, o primeiro aniversário sobre a morte de João António Gonçalves do Amaral, que teve nome destacado na vida pública portuguesa, e ficou conhecido por João Amaral. -----

--- João Amaral (1944/2003) fez a instrução primária na Escola de São Bento e o sétimo ano no Liceu Nacional Sá da Bandeira, em Santarém, onde foi aluno distinto e reconhecido. A profunda intervenção política de João Amaral, antes e depois do “vinte e cinco de Abril”. Desde os tempos de estudante de Direito na Universidade de Coimbra, até às bancadas da Assembleia da República, esteve sempre ligado ao Partido Comunista Português (PCP), de que era militante. -----

--- Os serviços que prestou ao País, nos gabinetes ministeriais ou como parlamentar brilhante, o trabalho minucioso nas comissões, a projecção dos seus contactos internacionais, e o relacionamento exemplar e profícuo com todos os deputados, partidos

políticos e correntes de pensamento e opinião têm vindo a ser reconhecidos aos mais diversos níveis, incluindo a atribuição póstuma de louvores, diplomas e condecorações. -

--- Esta Assembleia, que tinha reunião pouco mais de uma hora depois de ser anunciada a sua morte, aprovou por unanimidade um “Voto de Pesar”, acompanhado de sentido “Minuto de Silêncio”. -----

--- Na sua vida, a cidade de Santarém ocupou sempre um lugar muito especial nos seus afectos e memórias, pois como o próprio dizia “foi o despertar, foi aqui que tudo começou...”. -----

--- Por todas estas razões, e muitas mais haveria certamente, a Assembleia Municipal de Santarém recomenda à Câmara Municipal:-----

--- A Atribuição do nome de João Amaral a uma rua da cidade, se possível, no primeiro aniversário da sua morte”. -----

--- Interveio o senhor **Vicente Batalha** para fazer a apresentação da Recomendação, destacando as qualidades pessoais e humanas de João Amaral. -----

--- Dada a inexistência de mais oradores, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Recomendação em epígrafe, tendo sido **aprovada por unanimidade e aclamação**.-----

--- A seguir, foi apresentado o seguinte Voto de Pesar, subscritos pelos senhores **Vicente Batalha e Francisco José Viegas Santos**:-----

--- “Faleceu, no passado dia quinze de Dezembro, em Lisboa, vítima de doença prolongada, Francisco Gonçalves Pereira, pernense, cinquenta e quatro anos.-----

--- Em mil novecentos e setenta e oito, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, de cuja Direcção da Associação de Estudantes fez parte; cursou estudos europeus avançados no Colégio da Europa, em Bruges, Bélgica, fez o seu trabalho de pesquisa na Universidade de Siena, Itália, e estava actualmente a preparar a sua tese de doutoramento na London School of Economics, em Inglaterra; exerceu advocacia em Macau desde mil novecentos e oitenta e cinco e era notário

privado desde mil novecentos e noventa e um; foi membro da Direcção da Associação dos Advogados de Macau e vice-presidente do Conselho Superior da Advocacia; foi membro do Conselho de Assuntos de Transição do Governo de Macau. -----

---Com grande vivacidade de espírito, lúcida inteligência e fino trato, na sua adolescência e juventude desenvolveu, em Pernes, intensa actividade social, cultural e política, antes, e após o *vinte e cinco de Abril*.-----

---Foi ao seu valioso impulso e ao contributo da sua intervenção, em colaboração com a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia, presidida por Manuel da Silva Vieira que, em grande parte, se ficou a dever a construção, em Pernes, da Escola Preparatória, hoje, Escola E. B. Dois Três D. Manuel I, que iniciou o seu funcionamento no ano lectivo de mil novecentos e setenta e nove/mil novecentos e oitenta e foi um salto qualitativo estratégico para o desenvolvimento do local e concelhio. -----

--- Embora, tardio, aqui fica este justo reconhecimento à sua memória. -----

--- De sólida formação humana e moral, possuidor de vasta cultura, Francisco Gonçalves Pereira foi cidadão interveniente e solidário, que prestigiou Pernes e o concelho de Santarém, tendo deixado em todos quantos o conheceram, com ele trabalharam e privaram, profunda saudade e sentido de reconhecimento.-----

--- A sua morte prematura, quando muito ainda se esperava do seu trabalho e intervenção, deixa-nos mais pobres e mais responsabilizados. -----

--- À sua família, na pessoa da sua viúva, Maria João Valente Ferreira da Silva Gonçalves Pereira, a expressão das nossas mais sentidas condolências”. -----

--- Tomou a palavra o senhor **Vicente Batalha** para fazer a apresentação do Voto de Pesar, destacando a personalidade de Francisco Gonçalves Pereira.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o **Voto de Pesar** em epígrafe, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

--- Encerrado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA**

**ORDEM DO DIA.** -----

**--- PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.** -----

--- Interveio o senhor **Francisco Madeira Lopes** solicitando esclarecimentos em relação às alterações de trânsito verificadas na zona envolvente do novo Centro Comercial. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** congratulando-se com a realização do II Ciclo de Música Antiga da iniciativa da Câmara Municipal de Santarém, considerando que a Autarquia deveria levar a cabo mais actividades desta natureza. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Pedro Braz** solicitando esclarecimentos relativamente a uma reunião onde participaram o Nersant, a DET e a Associação Comercial de Santarém.

--- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor **Vicente Batalha** que questionou sobre o início da construção dos noventa e cinco fogos para habitação social. -----

--- Destacou a importância da Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes para a região, questionando que medidas estão a ser tomadas em relação a esta matéria. -----

--- Referiu que gostaria de saber qual o ponto da situação relativamente ao processo de classificação do Moinho Manuelino, desenvolvido, numa primeira fase, pelo Dr. Jorge Custódio. -----

--- Esclareceu que na página cinquenta do presente relatório o nome da Igreja de Pernes é de invocação a Nossa Senhora da Purificação e não a Nossa Senhora da Conceição, agradecendo a respectiva correcção.-----

--- Estranhou que nos “Actos Públicos” não venha mencionada a visita do senhor Secretário de Estado do Ambiente, no passado dia onze de Novembro, ao Alviela, salientando que gostaria de ser esclarecido sobre o assunto.-----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Carlos Catalão** perguntando para quando está prevista a entrada em funcionamento do parque subterrâneo dado o concurso já ter sido

adjudicado. -----

--- Questionou também sobre a previsão do início das obras de requalificação da Praça Visconde Serra do Pilar.-----

--- Concluiu, solicitando esclarecimentos sobre as obras de saneamento das Fontainhas, nomeadamente se a futura Empresa Intermunicipal de Águas do Ribatejo terá influência na execução destas obras. -----

--- Depois, interveio o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, perguntando em que sectores se encontram a trabalhar os sete novos funcionários admitidos pela autarquia, bem como onde estão inseridos os trabalhadores abrangidos pelos programas operacionais.-----

--- De seguida, usou da palavra a senhora **Ana Lúcia Virtudes** tecendo algumas considerações em relação às questões urbanísticas, destacando a intervenção da autarquia nesta matéria. -----

--- Congratulou-se com a criação da Universidade da Terceira Idade, que pessoalmente gostaria que se chamasse “Universidade Sénior”. -----

--- A seguir, a senhora **Rosalina Melro** interveio referindo-se às actividades culturais no Centro Histórico da Cidade durante a época natalícia, considerando que esta actividade deveria ser mencionada no presente relatório.-----

--- Salientou a necessidade de haver um maior rigor em termos toponímicos de modo a evitar que venha mencionado no presente relatório, por exemplo, o Largo do Seminário com diversos nomes.-----

--- Depois, interveio o senhor **Mário Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, referindo não ter recebido o presente relatório. -----

--- Congratulou-se com a questão levantada pelo senhor Carlos Catalão em relação ao arranjo do Largo de Marvila, dado ser uma das suas reivindicações antigas.-----

--- No uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu em relação ao Campo Sá da Bandeira que foi apresentado um estudo prévio global para aquela área, tendo sido

desenvolvido, numa primeira fase, um projecto de execução que já mereceu concordância do IPPAR relativamente ao Largo Cândido dos Reis.-----

--- Informou que a primeira reunião de parceria de desenvolvimento alargado tem como objectivo a criação de emprego a pessoas menos qualificadas.-----

--- Referiu que a preocupação com a Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes se mantém tendo havido, recentemente, uma reunião com uma das empresas que se pretende instalar naquele local.-----

--- No tocante à Praça Visconde Serra do Pilar, esclareceu não estar nos horizontes do Executivo requalificar aquele espaço neste mandato. No entanto, o projecto irá ser executado de modo a que obra possa ocorrer durante o próximo mandato.-----

--- Relativamente ao recrutamento de novos funcionários, salientou que foram admitidos sete cantoneiros de limpeza.-----

--- **PONTO DOIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E QUATRO.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de três de Dezembro, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação das **Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e quatro**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.-----

--- Interveio o senhor **Carlos Catalão** salientando que este Orçamento não é aquele que o PS gostaria de apresentar. Contudo, referiu ser aquele que é possível condicionado pelo incumprimento da Lei das Finanças Locais por parte do Governo.-----

--- Considerou que este Orçamento irá permitir a implementação de uma moderna gestão participada e promotora da cidadania.-----

--- Prosseguiu, referindo-se às despesas de Capital, enunciando um conjunto de obras a levar a efeito pela Câmara Municipal de Santarém. Quanto às despesas correntes realçou a conservação e manutenção da rede viária, a dotação financeira para o funcionamento da empresa Scalabisport, a continuação da promoção do ordenamento do território ao nível do urbanismo e da habitação através dos planos de pormenor em curso, a manutenção das Escolas do nosso concelho, etc. Na sua opinião, para se poder manter a qualidade de vida dos nossos cidadãos, ter-se-á de continuar a investir nas despesas correntes, não chega construir, há que manter o bom estado do seu funcionamento. -----

--- Concluiu, considerando que com a aprovação deste Orçamento irá ser dado um sinal de esperança de que estamos dispostos a continuar a lutar por um futuro melhor do nosso concelho. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Pedro Braz** considerando que o presente Orçamento reflecte o muito que este Executivo tem vindo a fazer pelo concelho de Santarém e traduz as grandes dificuldades que as autarquias vão ter que enfrentar perante as limitações orçamentais impostas pelo Poder Central., pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais e o impedimento de acesso ao crédito.-----

--- Apesar de todas estas limitações salientou ser, em sua opinião, um Orçamento de futuro, enunciando um conjunto de investimentos previstos para o próximo ano. -----

--- Congratulou-se com o Orçamento apresentado tendo a certeza que o mesmo exprime a obra que a todos nos vai orgulhar. -----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** referindo que o Orçamento apresentado mais não é do que uma cópia do Orçamento para dois mil e três.

--- Manifestou o seu agrado pelo facto do senhor Presidente da Câmara ter abandonado a ideia do “orçamento participativo” que, na sua opinião, mais não era do que publicidade enganosa. -----

--- Salientou que a gestão implementada pelo Partido Socialista tem conduzido a uma degradação das condições de vida das populações e à desertificação das freguesias rurais,

referindo que o presente Orçamento não inverte esta situação.-----

--- Referiu que Santarém tem visto o seu desenvolvimento estagnar, senão regredido, em termos de higiene e limpeza, passando pelos jardins e espaços verdes, para não falar no Centro Histórico e na questão das muralhas e barreiras de Santarém.-----

--- Por outro lado, o pouco que se faz na concretização daquilo que há muito é prometido representa, na opinião da CDU, uma agressão à nossa história e tradição, veja-se aquilo que foi feito no Largo do Seminário.-----

--- Destacou que o Orçamento apresentado não passa de um plano de pagamento de dívidas, não é que estejamos contra o pagamento das mesmas, pelo contrário, mas entendemos que os compromissos assumidos devem ser compartidos com uma estratégia de desenvolvimento concretizável assente na evolução sustentada aos mais diversos níveis do concelho.-----

--- Considerou que o PS caminha a passos largos para a degradação da governação municipal, todavia a CDU entende não dever colocar a Câmara Municipal e por consequência as freguesias numa situação ingovernável com mais promessas não exequíveis.-----

--- Depois, interveio o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, salientando que setenta e quatro por cento das obras inscritas para dois mil e quatro já se encontravam previstas para dois mil e três e não se concretizaram.-----

--- Referiu-se ao aumento da previsão dos impostos a arrecadar pela autarquia, destacando haver um acréscimo de duzentos e sessenta e um por cento dos impostos indirectos.-----

--- Salientou existir um acréscimo nas despesas com pessoal, bem como os gastos com publicidade.-----

--- Teceu algumas considerações em relação a algumas obras inscritas em orçamento ao nível do saneamento básico e da recuperação da rede viária.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Ricardo Ribeiro Gonçalves**, Presidente da Junta de

Freguesia de Azóia de Baixo, referindo que a sua freguesia ficou no “canto da mesa” deste Orçamento, destacando a falta de investimento na Azóia de Baixo. -----

--- Salientou ter entregue um projecto de saneamento para a Azóia de Baixo, lamentando que o senhor Presidente da Câmara não tenha cumprido com a sua parte ao não incluir nenhuma verba em orçamento para este fim. -----

--- Usou da palavra, seguidamente, o senhor **Luís Batista**, Presidente da Junta de Freguesia de Romeira, destacando o equilíbrio orçamental verificando-se uma diferença significativa a favor da receita corrente em relação à despesa corrente, a qual será encaminhada para investimento. -----

--- Considerou haver alguma dificuldade em reduzir as despesas correntes em virtude das alterações impostas pelo POCAL o qual remete para as despesas correntes custos que anteriormente se reportavam às despesas de capital. -----

--- Prosseguiu, tecendo algumas considerações em relação ao Plano Plurianual de Investimento, enumerando um conjunto de obras previstas para o concelho. -----

--- Referiu-se às transferências para as freguesias ao abrigo do Protocolo celebrado, considerando importante que durante o ano de dois mil e quatro sejam efectuadas todas as transferências necessárias para pagamento das obras já concluídas. -----

--- Disse ainda não estar definido como é que as autarquias irão ser compensadas pela quebra de receitas proveniente do fim da sisa e concluiu, considerando estarem criadas condições para se votar favoravelmente este Orçamento. -----

--- Foi dada a palavra, depois, o senhor **Manuel Joaquim Vieira**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede, tecendo algumas considerações em relação à verba de setenta e cinco mil euros para a Zona de Desenvolvimento Económico de Alcanede, destacando que a manter-se a actual situação poderá ser esta, a curto prazo, uma Zona de Desenvolvimento Económico perdida. -----

--- Interveio, de seguida, o senhor **Jorge Costa Rosa** considerando este Orçamento igual aos anteriormente apresentados os quais vêm sendo, sucessivamente, cada vez mais

despesistas e irrealistas. -----  
--- Destacou que o Orçamento apresenta um aumento de quarenta e três por cento da despesa corrente, em relação a dois mil e um, continuando sem se vislumbrar despesas de capital tendentes a aumentar o investimento no concelho. -----  
--- Criticou a ausência de investimentos com vista a atrair os empresários ao concelho de Santarém. -----  
--- Considerou que a gestão de um município faz-se a pensar nos munícipes, no seu bem estar, desenvolvimento económico e social. -----  
--- Prosseguiu, um orçamento a pensar nos munícipes tem de contemplar verbas tendentes ao desenvolvimento do concelho, destacando que o documento em apreço não contempla as preocupações do PSD e o Executivo Socialista, em seu entender, não o elaborou a pensar na população do concelho. -----  
--- Concluiu, referindo por ser nos munícipes que pensamos não podemos votar favoravelmente um documento que prejudica e os atrasa em relação aos outros concelhos do distrito. -----  
--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, considerando que, certamente por lapso, a obra respeitante ao Mercado Diário de Alcanhões foi retirada do orçamento, bem como o arranjo de uma estrada que está orçamentada em vinte e cinco mil euros e que no referido documento aparece com uma verba de cinco mil euros. -----  
--- Referiu-se ao problema das passagens desniveladas, perguntando se a Câmara pretende levar por diante a construção de uma variante à estrada trezentos e sessenta e cinco com um troço de cerca de setecentos metros e resolver a questão das passagens de nível. -----  
--- Usou da palavra, a seguir, o senhor **Luís Almeida** considerando estar presente um excelente documento, apesar da oposição referir que faria um orçamento melhor. -----  
--- Salientou a dificuldade da Autarquia em elaborar um documento com esta qualidade,

tendo em conta os constrangimentos orçamentais que lhe foram impostos, por parte do Governo, e concluiu, apelando à aprovação deste Orçamento por parte de todos os partidos políticos. -----

--- Depois, interveio o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, realçando as dificuldades porque passam os Presidentes de Junta relativamente ao pagamento das obras realizadas pelas Juntas de Freguesia, sugerindo aos senhores deputados que se candidatem a uma Junta de Freguesia. -----

--- Interveio novamente o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, para referir que a oposição não pode votar favoravelmente um orçamento com o qual não concorda. -----

--- A seguir, usou da palavra ao senhor **Carlos Catalão** lamentando que o PSD tenha apresentado uma proposta que praticamente só contemplava freguesias daquele Partido. -

--- Questionou onde é que a senhora Vereadora do PSD iria buscar as receitas para fazer face a este acréscimo da despesa. -----

--- Foi dada a palavra a seguir à senhora **Vereadora Hélia Félix** esclarecendo que na proposta apresentada pelo PSD as freguesias de Abrã, Pernes e Amiais de Baixo não são maioritariamente do PSD. -----

--- Quanto ao aumento das despesas, referiu que estas eram financiadas através da redução das despesas correntes, com incidência na verba para publicidade e nas despesas com o Complexo Aquático. -----

--- O senhor **Carlos Catalão** retomou a palavra para prestar esclarecimentos em relação à sua anterior intervenção, esclarecendo ter dito que quase todas as freguesias eram do PSD. -----

--- De seguida, interveio o senhor **Vítor Varajão** referindo que jamais tomaria qualquer posição que fosse contra a sua dignidade. -----

--- Sugeriu que, em relação ao Complexo Aquático, seja convocada uma reunião do Conselho de Administração desta Empresa no sentido de serem colmatadas algumas

questões.-----

--- Salientou, depois de ouvidas as intervenções de alguns membros da bancada do PS, ter ficado com a sensação de estar noutra concelho, todavia lembrou os buracos existentes na cidade e mau estado dos passeios.-----

--- Tomou a palavra, a seguir, o senhor **Cláudio Sarmento** estranhando que grande parte dos projectos previstos para dois mil e quatro transitam do ano anterior, destacando não compreender porque razão o Executivo apresenta sucessivamente documentos deste tipo que na sua grande parte nem sequer são cumpridos.-----

--- Depois, interveio o senhor **Vicente Batalha** considerando que um orçamento não deve subavaliar despesas, nem sobreavaliar receitas, assim como repetir obras indefinidas e, maioritariamente, nos PPI's anteriores.-----

--- Salientou que um orçamento não pode recorrer a elevada percentagem de verbas por definir, nem ser desfigurado com sucessivas alterações ao longo do ano, referindo que não se pode minorar as freguesias confundido e alterando prioridades inicialmente definidas e partilhadas.-----

--- Destacou que um orçamento deve ter a credibilidade necessária para que nele se possa acreditar. Todavia, na sua opinião, o Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e quatro não a tem. Apesar de tudo, a CDU prepara-se para se abster viabilizando, assim, o Orçamento para dois mil e quatro, de modo a não prejudicar ainda mais as freguesias e os munícipes do concelho.-----

--- Prosseguiu, referindo que em dois mil e dois a Autarquia se endividou ao ritmo de quatrocentos e cinquenta e dois contos por dia, não se sabendo ainda como foi em dois mil e três, considerando ser este dado decisivo para que o Orçamento agora proposto seja credível e sustentável.-----

--- Concluiu, solicitando esclarecimentos em relação ao futuro Terminal Rodoviário, destacando que o seu sentido de voto irá depender das respostas dadas pela Câmara.-----

--- A seguir, usou da palavra a senhora **Ana Lúcia Virtudes** considerando compreensível

a inquietude de alguns perante este Orçamento com as despesas com o pessoal, lembrando-se das manifestações anti-propinas levadas a cabo pelos estudantes com o fundamento de que estas apenas serviam para pagar os ordenados dos professores e não melhorar as condições do ensino. -----

--- Questionou se não serão os funcionários o garante de um bom funcionamento da autarquia, salientando ser o presente orçamento em matéria de pessoal um exemplo a seguir. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **José António Oliveira Dias** referindo que ele próprio não apresentaria um orçamento melhor do que aquele que foi elaborado pelo Executivo Municipal, salientando que as necessidades são muitas e os recursos são escassos, destacando existirem trezentos e sete municípios nas mesmas circunstâncias da Câmara de Santarém. -----

--- Lembrou que a primeira e única vez que, depois do vinte e cinco de Abril, a Lei das Finanças Locais foi cumprida aconteceu nos governos de António Guterres, considerando lamentável que se faça críticas a um orçamento quando o Orçamento de Estado que reservava para os municípios nove por cento e para as freguesias um por cento não é cumprido. -----

--- Disse não ter gostado de ouvir “senhores deputados candidatem-se a uma Junta de Freguesia e depois falamos”, destacando que conhece as dificuldades das Juntas pois, também, já fez parte do Executivo de uma Junta de Freguesia. -----

--- Concluiu, apelando à aprovação deste Orçamento. -----

--- Solicitou, novamente, a palavra o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, lembrando que foi o senhor Presidente da Câmara que referiu que herdou uma Câmara Municipal falida tecnicamente. -----

--- Salientou que ninguém falou em despedir pessoal, mas sim em contenção das despesas. -----

--- A seguir, retomou a palavra o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia

de Aneiro das Milhariças, esclarecendo que quando disse para se candidatarem a uma Junta de Freguesia foi com o objectivo de sentirem as dificuldades porque os Presidentes de Junta passam.-----

--- Depois, o senhor **Hélder Pombo** interveio tecendo algumas considerações em relação à quebra de receitas provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis e da SISA. -----

--- Usou de seguida da palavra o senhor **Luís Batista**, Presidente da Junta de Freguesia de Romeira, esclarecendo o que disse relativamente ao aumento de receitas próprias, referindo que seria bom que o Governo clarificasse quando é que os municípios irão receber a compensação referente à quebra de receita proveniente da SISA, verba essa que iria permitir às freguesia pagar muitos dos seus encargos. -----

--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Vasco Graça Moura** que enalteceu a intervenção da senhora Vereadora Hélia Félix na reunião de Câmara de três de Dezembro aquando da discussão do orçamento na qual preconizou aquilo que deve ser a política municipal. -----

--- No tocante à proposta apresentada pela referida Vereadora, acrescentou ser de facto superior o número de freguesias que não pertencem ao PSD, referindo que este Orçamento em termos de saneamento é zero. -----

--- Discordou das críticas efectuadas ao Governo, lembrando que todos os grandes economistas reconhecem e apoiam as medidas tomadas pela senhora Ministra das Finanças. -----

--- Depois, no uso da palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** teceu algumas considerações relativamente às verbas para a cultura provenientes do Orçamento de Estado. -----

--- Referiu que os municípios são tanto mais desenvolvidos quanto maior for o carinho dedicado às questões ambientais e aos desígnios da cultura.-----

--- Discordou das críticas a Santarém no tocante à falta de desenvolvimento e à escassez de zonas verdes, sublinhando os novos jardins de São Domingos e de São Bento,

recentemente criados.-----

---Proseguiu, referindo que a Autarquia foi pioneira em determinadas matérias, lembrando que Santarém foi a primeira cidade a ser classificada como Centro Urbano Antigo, publicado em Diário da República, bem como o primeiro Município a levar a água canalizada a todos os lugares do concelho, entre os municípios com mais de vinte freguesias rurais e mais de duzentos e cinquenta lugares. -----

---Contrariamente, ao que afirmou o deputado Oliveira Dias, salientou existirem no distrito de Santarém municípios que, por terem uma determinada liderança associada a um partido político do poder, beneficiaram de inúmeros contratos-programa, em detrimento de autarquias do PS e da CDU. Concluiu, apelando a todos os deputados municipais que se esforcem no sentido de haver mais apoios estatais e um aumento significativo de verbas no PIDDAC, para o concelho de Santarém, bem como para as suas freguesias. -----

---Por último, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** referindo que o aumento das despesas correntes está claramente associado a uma melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos. -----

---Salientou que, em sua opinião, este é um Orçamento pessimista uma vez que em dois mil e quatro não se conseguiu resolver muitos dos problemas do município, afirmando ser verdade quando se diz que muitos dos objectivos de dois mil e três não foram cumpridos por causa da Administração Central. -----

---Referiu um conjunto de transferências que ainda não foram efectuadas, da parte da Administração Central, quer em relação à contribuição autárquica e à compensação de SISA, quer relativamente a obras que têm compensação financeira através de protocolos já assinados, mas que até há data o Município de Santarém não recebeu qualquer verba. -

---Em relação às passagens desniveladas, salientou que para a realização de uma despesa tem de haver uma compensação na receita, razão pela qual não existe o valor para a variante dado que falta assinar o protocolo com a REFER, destacando que o executivo

tudo fará com vista a resolver este problema. -----  
--- Prestou esclarecimentos relativamente à “proposta” do PSD, referindo que aquilo que aconteceu foi votação da admissão de uma listagem apresentada por aquele Partido Político, para um conjunto de investimentos. -----  
--- Quanto aos gastos com publicidade, lembrou que sessenta por cento desta verba são para publicações obrigatórias que decorrem da Lei. -----  
--- Considerou que deveria ser desmistificada a questão do despesismo exacerbado das autarquias e que se comparasse em termos percentuais aquilo que são as autarquias para o desenvolvimento do País. -----  
--- Afirmou que o Município de Santarém é aquele que mais transfere, do ponto de vista percentual, para as freguesias, considerando importante a capacidade de actuação das Juntas de Freguesia. -----  
--- Concluiu, referindo em relação ao saneamento, estarem em verbas definidas de mais de três milhões de euros. -----  
--- Solicitou a palavra, novamente, o senhor **Vasco Graça Moura** para sublinhar o que disse relativamente ao saneamento. -----  
--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa às **Grandes Opções do Plano e Orçamento Câmara Municipal de Santarém para o ano de dois mil e quatro**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e três votos a favor, catorze votos contra e doze abstenções. -----  
--- Foram efectuadas as seguintes Declarações de Voto: -----  
--- Senhor **Mário Rodrigues dos Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, “A minha declaração de voto vai no sentido de convidar alguns elementos do PS a analisar os orçamentos de dois mil e quatro, dois mil e três e dois mil e dois, para

justificar em consciência o meu sentido de voto”.-----

--- Senhor **António Simões Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, “A minha declaração de voto prende-se com o facto de, mais uma vez, acreditar nas palavras do senhor Presidente da Câmara de que tudo será feito para resolver um problema grave das freguesia deste lado do concelho”.-----

--- Senhor **Ricardo Costa**, Presidente de Junta de Freguesia de S. Vicente do Paul, “Votei favoravelmente o orçamento por duas razões: primeiro, porque tenho consciência das dificuldades económicas da Câmara de Santarém; em segundo lugar, porque as obras contempladas para dois mil e quatro muito irão contribuir para o desenvolvimento de S. Vicente do Paul”.-----

--- Senhor **José Luís Cabrita** “As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são instrumentos de planificação da Administração e da Gestão Municipal de curto prazo. ---

--- Por isso, estes documentos não podem nem devem ser elaborados tendo como único objectivo dar cumprimento ao que legalmente se encontra estipulado.-----

--- E muito menos estes documentos devem ser um mero enunciado de promessas cujo cumprimento, antecipadamente, sabemos não ser concretizável.-----

--- Os documentos – ou documento – apresentado pelo Partido Socialista mais não são do que uma cópia das Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e três associado a um plano para o eventual pagamento de algumas dividas existentes.-----

--- A garantia de execução do que inovador é apresentado é nula como facilmente se pode concluir pelo que do passado resulta e também tendo em conta as condições objectivas existentes. -----

--- A CDU entende que o Concelho de Santarém, os cidadãos que nele vivem e/ou trabalham, as empresas que nele desenvolvem as suas actividades necessitam de um Plano, de um Orçamento, mas acima de tudo de uma estratégia claramente definida que aponte para um desenvolvimento sustentado e sustentável aos mais diferentes níveis. ----

--- Santarém, Capital de Distrito, mas também sede de concelho vai perdendo, cada vez

mais protagonismo. Situações degradantes da vivência das populações como o saneamento básico, apesar de apontado como a prioridade das prioridades, continuam sem ser solucionadas.-----

--- Passados que vão já dois anos de mandato, a continuada e renovada maioria do Partido Socialista continua, no entender da CDU, sem apresentar uma verdadeira, clara e objectiva estratégia de desenvolvimento para o Concelho de Santarém.-----

--- O que houve, se alguma vez houve algo a que verdadeiramente se pudesse chamar de estratégia de desenvolvimento, facilmente foi transformado em rotina, sem preocupações de implementação e, muito menos, de controlo e acompanhamento da sua execução e dos seus impactos.-----

--- A abstenção da CDU não representa a existência de qualquer dúvida, que não a têm.-

--- A abstenção da CDU traduz o assumir de uma atitude responsável perante os cidadãos e é consequência da sua vontade de não contribuir para a total ingovernabilidade da Câmara Municipal e, por consequência das freguesias, solucionável com o assumir pelo Partido Socialista de mais promessas não cumpríveis.-----

--- A CDU entende que o Concelho de Santarém necessita de um novo modelo de gestão e de uma nova prática de administração que propiciem o seu desenvolvimento e o bem estar das populações.-----

--- A CDU está, como sempre tem estado, disponível para a implementação de uma estratégia de desenvolvimento que favoreça a mudança no município de Santarém tornando-o melhor”.-----

--- **PONTO TRÊS – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E QUATRO.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de três de Dezembro, cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia a aprovação da Proposta de **Plano de Actividades e Orçamento dos**

**Serviços Municipalizados de Santarém para dois mil e quatro**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.

---Interveio o senhor **José Luís Cabrita** sublinhando a coerência do documento apresentado em relação aos Serviços Municipalizados de Santarém.

---Chamou a atenção para a importância da água e para a necessidade de um debate profundo sobre esta temática que não é compatível com a adopção de medidas apressadas que possam de alguma forma modificar aquilo que tem sido a gestão municipal da água.

---A seguir, usou da palavra o senhor **Carlos Catalão** salientou a remodelação do abastecimento de água ao concelho e o reforço da captação que vem suprir alguns problemas da falta de água no verão.

---Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta relativa ao **Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Santarém para dois mil e quatro**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção.

---Pelo senhor **Firmino Oliveira** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto:

---“O meu voto de abstenção deve-se ao facto de não vislumbrar neste orçamento qualquer garantia para evitar o retalho permanente das múltiplas roturas que acontecem especialmente na época de verão e que provocam graves prejuízos aos munícipes da freguesia de Vaqueiros”.

---Tendo em conta a urgência deste assunto e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos

**Pontos Dois e Três, tendo sido aprovados por unanimidade.**-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram duas horas quinze minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, a redigi e subscrevi.

-----**O PRESIDENTE**-----

--- \_\_\_\_\_

-----**O PRIMEIRO SECRETÁRIO**-----

--- \_\_\_\_\_

-----**O SEGUNDO SECRETÁRIO**-----

--- \_\_\_\_\_